

ORIGEM DO PARTIDO PRAIEIRO

MÁRIO MÁRCIO DE ALMEIDA SANTOS
Universidade Federal de Pernambuco

O centenário da Revolução Praieira, em 1848, motivou a publicação de uma série de estudos sobre o quarente-huitarde pernambucano. Na ocasião, talvez para corrigir velhas interpretações meramente políticas, alguns historiadores concluíram pela existência de uma perfeita analogia entre aquela insurreição e o surto revolucionário que consolidou o poder da burguesia em vários países da Europa. Um deles, no entusiasmo do momento, chegou a escrever que a Praia *"era um partido norteado por sólidos princípios ideológicos de caráter democrático-burguês"*¹.

Ocorre que nunca existiu um "partido praieiro". Os fundadores dessa facção — senhores de engenho e profissionais liberais — procediam de uma dissidência da oligarquia dominante. O objetivo que visavam era destruir o exclusivismo dos Cavalcantis, mas quebrar esse exclusivismo "dentro da ordem". Pertenciam todos a uma sociedade fundamentada no clientelismo, no compadrio e no apadrinhamento.

O partido político é uma decorrência da industrialização. Em 1848, o Brasil estava longe de atingir o surto de desenvolvimento que só então começava a irromper numa pequena parte da Europa e dos Estados Unidos. *"A analogia de palavras, lembra DUVERGER, não deve levar a confusão. Chamam-se igualmente 'partidos' as facções que dividiam as Repúblicas antigas, os clãs que se agrupavam em torno de um condottiere na Itália da Renascença, os clubes onde se reuniam os deputados das assembleias revolucionárias(...). De fato, os verdadeiros partidos datam de um século. Em 1850, nenhum país do mundo (salvo os Estados Unidos) conhecia partidos políticos no sentido moderno da palavra"*².

Os praieiros e a sublevação por eles comandados, têm dado causa a um grande número de mitos, justificando-se assim um certo rigor metodológico quanto ao estudo de sua origem, suas bases econômicas e seu lastreamento ideológico.

Um certo número de estudiosos, por exemplo, aceita como "correta" e "avançada" a posição dos correligionários de Nunes Machado, agrupando num mesmo posicionamento político, o próprio Nunes, Urbano Sabino, Lopes Neto, Henrique Pereira de Lucena e Manuel Pereira de Moraes, todos grandes latifundiários ou prestigiosos representantes do estamento burocrático — com os participantes de certos movimentos pré-políticos conhecidos como "quebra-quebra" e "mata-marinheiros", de 1844, 1845, 1847 e 1848, quando, entre essa massa sublevada e a liderança da Praia, havia uma única coisa em comum: o fato de viverem ambos numa mesma época.

Os expoentes de ambos os partidos-baronistas ou praieiros — eram figuras da mesma posição social: senhores de engenho e proprietários de escravos, preocupados, todos eles, com a defesa de seus interesses e com a preservação da ordem. O conflito de classe, nessas circunstâncias, era quase impossível, tendo em vista a pressão da elite para o acesso do camponês à terra. Dessa forma, a agitação política transformava-se num fenômeno confinado à oligarquia dominante, excentuando-se as manifestações pré-políticas das camadas marginais urbanas e o messianismo milenarista no interior da província.

Separá-los numa dicotomia simplista, tipo burguesia versus latifúndio, é subverter a realidade para salvaguardar uma dogmática filosófica que não tinha nem poderia ter qualquer adesão à realidade concreta do Recife dos anos quarenta do século passado. Suas premissas pecam porque a conclusão não se ajusta aos juízos propostos. De um lado, colocam os baronistas como representantes da oligarquia ca_unavieira, do outro, a praia, como legítima representante dos anseios populares. Tudo muito claro e o que é melhor, facilmente reduzível a um único efeito causal: a luta de classes.

Aliás, o tema, luta de classes durante o Império tem feito escola. CAIO PRADO JÚNIOR, em sua "Evolução Política do Brasil", esquecido da primeira norma sociológica, que é observar antes de interpretar e munido das "certezas" prévias do marxismo soviético, tenta acomodar os fatos da história nacional através da ótica da "luta de classes", quando, só agora, o Brasil desperta para essa forma de contenda.

Tem razão CARLOS GUILHERME MOTA, ao observar que *"seria reduzir demasiado o quadro de antagonismos sociais sobretudo se se lembrar que uma população livre e pobre começava a provocar tensões de natureza mais complexa: nessa perspectiva e tendo em vista, que não se trata de sociedade de classes, os antagonismos sociais não podem ser explicados através de esquemas simplistas. Esta-se, antes, em face de sociedade do tipo estamental-escravista, e as determinações essenciais desse tipo de organização marcaram o sistema, social em todos os seus níveis, inclusive o das ideologias. Se a sociedade não era de classes, ilógica se torna a explicação da insurreição pela via cômoda de um esquema do tipo 'luta de classes' "*³.

Sobre o assunto, acrescenta MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ: *"Para que haja luta de classes é preciso que haja consciência de classes, solidariedade de classes. Essa consciência não existia antigamente entre nós; os que colocados mais abaixo na escala social não tinham noção de que interesses diferentes podiam separá-los dos que pertenciam às camadas mais elevadas; a solidariedade aqui existente tinha por base a tribo familiar como parentes, aderentes, agregados, isto é, laços de dependência consanguínea, material e moral "*⁴.

Logo, para fugir às armadilhas maniqueístas, cumpre ao historiador prudente acautelar-se contra técnicas rígidas, não manipulando informações ou esquemas explicativos pré-elaborados; usar, com o maior rigor, termos como "classe", "revolução", "política", "sociedade". Ao encontrá-los, nas fontes que terá de estudar, deve ter em mente que são apenas indicações expressivas no plano da consciência social. Só numa etapa seguinte, quando da análise qualitativa, esses dados assumirão seu papel, e a seleção das formas de pensamento proporcionará a avaliação adequada do conteúdo

informativo disponível. Não fazê-lo, resulta no perigo de que nos adverte FEBVRE sobre os anacronismos. Segundo ele, *"sobre a cobertura de palavras sonoras impressionantes, seria cometer o mais grave e o mais ridículo de todos os anacronismos; seria, no domínio das idéias, o mesmo que entregar a Diogenes um guarda-chuva, e a Marte uma metralhadora"*⁵.

Justifica-se a reserva, visto que a documentação histórica disponível não está elaborada na nossa "linguagem de classe", a qual evolui muito lentamente. Os homens pensavam em categorias diferentes das atuais. SOBOUL, em seu livro, Les sans-culottes parisiens en l'an II, chama a atenção para o fato de Maurice Duplay, em cuja casa se hospedava Robespierre na rua St. Honoré, era descrito como um menuisier, não obstante empregar trinta homens. Em francês, o termo ouvrier empregava-se tanto para os patrões quanto empregados. Só quase recentemente é que ouvrier se converteu, por definição, em um indivíduo que não só trabalha com suas mãos, senão que o faz por um salário e para um empregador⁶.

Certos estudos modernos sobre o movimento praieiro, atingem, por vezes, as raias do absurdo. FERNANDO SEGISMUNDO chega mesmo a escrever: "Não foi a insurreição praieira uma luta de partidos, mas de classes. As camadas cidadinas sem expressão econômica, os agregados e dependentes dos senhores de engenho, as vítimas de toda sorte de iniquidades, lançaram-se à luta com denodo, dispostos a lutar com os inimigos tradicionais. Concretamente sabiam por que abandonavam seus lares e comodidades. Não combatiam por este ou aquele político, mas para o bem próprio, a fim de exterminarem, de vez, os antigos exploradores"⁷.

Esquecido de que a separação entre a teoria e a prática transforma esta num empirismo sem princípio e aquela num puro Saber estático do qual resulta uma violência feita à realidade, o historiador EDISON CARNEIRO chega a afirmar que guabirus e praieiros dividiam Pernambuco em dois campos opostos: "A província, afirma ele, estava naturalmente dividida em dois campos — o dos exploradores e o dos explorados, o dos opressores e o dos oprimidos"⁸.

O rigor analítico e o estudo criterioso das fontes anularia essa crença devota sobre "consciência de classes" ou de "partido norteado por sólidos princípios ideológicos de caráter democrático-burguês". O mais superficial exame dos fatos mostraria que tais abstrações são anacrônicas e injustáveis à época referida. Bem mais arguto e liberto desses fantasmas metafísicos foi o Padre LOPES GAMA. Segundo ele, vivíamos num *"país onde até os mais liberais traficam com carne humana! Entre nós o branco, ou que nesta conta se tem, quer passar por fidalgo, e julga-se superior ao pardo; o pardo não quer hobrear-se com o cabra; o cabra olha sobranceiro para o preto; o crioulo não sofre que o ponham a par do africano, o liberto julga-se acima do escravo: além disso é quase universal a nossa paixão por títulos, por comendas, por condecorações, por hábitos: e com tal população como é possível estabelecer governos democráticos?"*⁹.

Forças sócio-econômicas de natureza análoga inspiraram liberais e conservadores. Os dirigentes dessas facções pertenciam a oligarquia dominante e defendiam a mesma ideologia, ideologia que se manifestava nas posições políticas quando estes se revejavam no poder. Bem verdade, nem todos os praieiros ou baronistas eram proprietários, cidadãos "da ordem", conforme apregoavam os jornais que os apoiavam. O que importa no entanto é que todos eles agiam como se o fossem. Vivendo à sombra dos patronos, defendiam como seus clientes e protegidos, suas propriedades, suas posições políticas, aceitando todos um sistema de poder onde imperava o mandonismo pessoal e a subordinação do homem livre e pobre à grande propriedade territorial.

Confundidos por um marxismo mal assimilado, esses historiadores não puderam observar que o apoio anti-oligárquico das massas recifenses — ora ao lado dos guabirus quando os praieiros estavam no poder, ora ao lado da praia quando os conservadores reconquistavam o mando — era veiculado pela própria cisão oligárquica, que buscava a recomposição do poder. O analista atento, percebe logo sua ambigüidade, visto que os ataques ao caráter elitista, fechado e dominador do grupo no poder, era o mesmo de que se servia a oposição¹⁰. Já dizia o Visconde de Albuquerque, que *"não há no Brasil duas coisas que se pareçam mais uma com a outra, do*

que um liberal com um conservador". Por sua vez, BORGES DA FONSECA nunca teve a mínima ilusão a respeito. Para ele, guabirus e praieiros só estavam preocupados com o domínio político dos cargos governistas. "Não nos importamos, proclama ele, com brigas dos aristocratas: praieiros e baronistas briguem lá na disputa do poder"¹¹.

Essa a razão pela qual o recifense, sempre tão inflamável, permaneceu neutro quando as colunas praieiras invadiram a cidade. E tinham suas razões. As tênues ligações entre os representantes das camadas sociais urbanas e as lideranças praieiras não eram bastante para esconder os laços de comprometimento destes últimos com uma parcela significativa dos proprietários de terra.

Temos portanto de abandonar os esquemas simplistas se objetivamos detectar as origens do partido praieiro.

Nos anos que antecedem a insurreição pernambucana de 1848, descortina-se na Europa a consolidação do capitalismo industrial. Os defensores do sistema mercantilista são vencidos e com eles afastados os grupos ligados ao comércio colonial. O Bill Aberdeen vem assim condenar o Tráfego negreiro e a persistência da escravidão nas antigas áreas coloniais.

Os reflexos dessa nova política atingem em cheio as elites pernambucanas, cuja base econômica repousava na escravidão. A abolição do Tráfego de escravos ameaçava a sobrevivência político-econômica do senhor de engenho. Dominar os mecanismos de poder passou a significar uma maior facilidade para o contrabando, o protecionismo fiscal e a conivência policial. Para aumentar a contradição, avitória do capitalismo liberal na Europa desenvolve os consumidores; por outro lado, força a diminuir as possibilidades de ampliar a produção, tendo em vista as medidas restritivas ao reabastecimento da mão-de-obra servil. Essa a razão, porque, a partir de 1843, aprofundou-se a cisão da elite dominante.

De início, o Barão da Boa Vista gozava de um gran

de prestígio. Os proprietários o apoiavam com entusiasmo ou aceitava-o sem muitas restrições. O Cometa, jornal de oposição, mesmo tentando a ironia, revela tal popularidade:

"Davam 6 horas da tarde, escreve o articulista, já o princípio da Estrada Nova até a Bomba chamada, estava apinhada de gente: homens de todas as qualidades, mulheres de todas as condições, meninos como que ali esperavam a vinda de um novo Messias. A ponte de Motocolombó embalançava com o peso, cavalos, tipóias, redes, seges, berlindas, traquitanas, carros, carroças, cabriolês, tudo ali se achava, o povo ocupava até os corrimões da ponte, e a balaustrada, e o rio se achava bordado de escaleres, botes, canoas, batelões, e tudo a espera do Salvador"¹².

Francisco do Rego Barros nunca foi o tirano que os jornalistas praiheiros tentaram caracterizar. Ao contrário, o Conde da Boa Vista chegou a ser um dos maiores governantes de Pernambuco, muito superior, aliás, aos dois presidentes praiheiros, Manoel de Souza e Antônio Pinto Chichorro da Gama.

FLÁVIO GUERRA assinala, com muito acerto, que Rego Barros *"não era homem de atitudes improvisadas, rompan-tes imprevistos. Bacharel em matemática, obviamente era mais amigo das estatísticas e dos esquemas. E isso foi uma das constantes durante quase toda a sua longa fase administrativa de quase sete anos em Pernambuco: atacar os problemas à luz das análises numéricas (...). É verdade que viveu momentos difíceis. Sofre perseguições políticas. Amargou odiosidades. Mas, de contra-partida jamais lhe faltou bravura moral, nem disposição para enfrentar dificuldades e contingências. Não passou como uma sombra por trás dos bastidores da política pernambucana provincial. Atacou rijo os mais sérios problemas administrativos do seu governo e resolveu-os"*¹³.

Na opinião de JOAQUIM NABUCO, *"Rego Barros era homem de grande visão e sensibilidade para os problemas sócio*

-administrativos. Educado na Europa, trouxe da França grandes engenheiros, como Louis Leger Vauthier, a fim de dar impulso às obras públicas. Demais, durante seu governo, promoveu a paz e prosperidade, justamente quando o país atravessava o período tormentoso que precedeu o final da Regência¹⁴.

Além dos engenheiros, Rego Barros contrata uma companhia de artífices alemães e procurou recrutar os melhores professores das regiões vizinhas para o preenchimento dos quadros docentes do Liceu por ele fundado; Liceu, convém lembrar, que foi um dos melhores e mais conceituados colégios do Brasil¹⁵.

Essas providências, apesar de justas e necessárias, descontentaram o estamento burocrático, que se sentia preterido por técnicos e especialistas de outras províncias e até estrangeiros. O fenômeno é bem discernível nas comunidades em processo de transição, quando não estão superados as características de estratificação em uma sociedade ainda vivendo sua fase pré-industrial. Daí o ressentimento e a atitude crítica em relação ao governo por parte dos que não foram ou não puderam ser integrados.

E tinham razão. O homem livre, pobre, para sobreviver numa sociedade escravocrata, mormente num centro urbano não industrializado, só na administração pública poderia encontrar um abrigo contra a mais extrema miséria. O Estado, porém, mal sai das guerras de independência enfrenta as sedições do período regencial e a queda dos preços de exportação. Todos esses fatores, reduzem a possibilidade de ampliação dos quadros governamentais, mesmo com prejuízo da evasão de rendas, que a um insuficiente número de funcionários era impossível deter.

Este o motivo, porque certas idéias iluministas so breviviam, especialmente as de ROUSSEAU¹⁶, em favor de agrupamentos restritos e rigorosamente unificados contra o estrangeiro; os quais, em plena ascensão da revolução industrial e do liberalismo europeu, resistiam ainda e encontravam tanta ressonância entre os ideólogos da praia. NASCIMENTO FEITOSA, por exemplo, chega a afirmar:

"O administrador que livrar Pernambuco da ominosa influência de certos esfaimados que vêm de outras províncias buscar aqui fortuna (...), grangeará afeições e esta belecera um partido forte" ¹⁷.

Natural, pois, os excedentes dos exíguos quadros administrativos do governo, pouco a pouco, passassem a fazer oposição a Rego Barros.

Em política, como na vida, toda frustração é sempre mascarada com uma justificativa racional. No caso, o ilu minismo, com a apologia rousseuniana do chauvinismo, irrom pe, qual rio de mercúrio, ao lado de outro, bem mais profun do e caudaloso — as velhas tradições localistas, tão anti-igas quanto a Restauração de 1654 e a Guerra dos Mascates.

Assim, por força do encadeamento lógico dessa fu são entre tradições, interesses e ideologias, toda oposição teria de ser bairrista, provinciana, tradicionalista, favo- rável ao aproveitamento da mão-de-obra local, mesmo em de- trimento do desenvolvimento tecnológico da região, como pre- tendia Boa Vista com os engenheiros franceses e os artífices alemães.

O provincianismo, contudo, não foi um fenômeno recifense. Cidades bem maiores passaram pelo mesmo estágio. Conforme observa GEORGE RUDÉ, em fins do século dezoito e início do dezenove, Londres sofreu essa mesma forma de anta gonismo. Segundo ele, "*outro elemento comum entre a popula- ção 'turbulenta' de Londres, advertida também pelo Dr. Hobs bawn, no caso de outras cidades europeias foi a hostilidade contra os estrangeiros, ou um tipo militante de Chauvinismo. 'Estrangeiro' nesse sentido, incluiria tanto aos escoceses e irlandeses como os franceses, espanhóis, judeus e catôli- cos. Tais sentimentos são evidentes na freqüente proclama- ção das 'liberdades' do inglês livre e na hostilidade con- tra a 'escravidão' e contra o 'catolicismo'. Por suporte, as sociava-se facilmente os irlandeses com os católicos tal co mo sucedeu mais de uma vez durante as revoltas de Gordon'*" ¹⁸.

Para quem não percebe os vários tons de cinza en- tre o preto e o branco, diversamente dos que afirmam ter si-

do a Praia norteada por "sólidos princípios ideológicos de caráter democrático-burguês"; esta, ao contrário, era uma adversária exaltada das "inovações", dos "filhos de outras províncias"; não pregava nem defendia reformas estruturais, seja contra o monopólio da terra, seja contra a espoliação do capitalismo inglês; acreditava, dentro das mais antigas e tradicionais idéias localistas, que com a expulsão dos artífices e técnicos alienígenas e a "nacionalização do comércio a retalho", todas as crises sociais e políticas estariam resolvidas.

Mesmo naquela época, espíritos mais progressistas se voltaram contra tal provincianismo. HENRIQUE DE SOUZA, um dos representantes da burguesia urbana, contesta-os de forma irrefutável:

"E com efeito, escreve ele, se por uma viciosa distribuição do solo, os Brasileiros em sua maioria se acham privados desse instrumento de produção; se pela concorrência da escravatura falta-lhe os capitais e o trabalho, o que seria evidentemente razoável era, quanto a nós, pedir-se de um lado a reforma das leis reguladoras da propriedade territorial, no sentido móbil e acessível ao maior número, às pequenas economias do homem laborioso: e do outro, a extinção gradual do monstruoso flagelo, que esmaga a indústria do país; porém, abandonar estes dois grandes remédios, e pedir muito simplesmente a nacionalização do comércio, e para nós uma aberração, já não diremos da ciência, mas do bom senso, que só pode invocar em seu favor a pureza das intenções"¹⁹.

Mais que isto, a Praia lutava contra o desenvolvimento tecnológico da economia regional, conforme denunciou NABUCO DE ARAÚJO:

"A Assembléia (...) animada do desejo ardente de melhorar a agricultura, olhando o açucúcar como o principal ramo da riqueza da província, mandou, pela lei provincial 142, que

se comprasse e ensaiasse o aparelho de fabricar açúcar pelo sistema de vácuo e efeito duplo de Derosme e Call: era preciso desenganar o espírito de rotina que domina aos nossos agricultores, animá-los para novas empresas tendentes ao melhoramento desse material de riqueza pública, e pois nada mais eficaz, mais conducente a esse fim que ensaiar esse novo fabrico afiançado pelas experiências reiteradas pelos países aonde ele tem sido praticado e ensaiar por um modo fácil e menos dispendioso, e com um pequeno sacrifício das rendas públicas, se é sacrifício uma despesa, que há de produzir uma grande renda: honra à assembleia ordeira de Pernambuco, foi ela quem primeiro e antes do Rio de Janeiro e Bahia decretou esse ensaio e novo fabrico; mas o Rio de Janeiro e Bahia o realizaram logo, em Pernambuco ficou embargado esse melhoramento, e não surtiu efeito, porque o Sr. Chichorro (governante praieiro) só desvelado na política e na perseguição dos seus adversários, matou essa esperança da agricultura; não quis executar a lei provincial, e enfim foi ela derrogada pela assembleia praieira"²⁰.

Nada mais distante desses "sólidos princípios ideológicos de caráter democrático-burguês", do que uma outra denúncia de NABUCO DE ARAÚJO contra os governos praieiros, que impugnaram a criação na província de um Banco por parte da Associação Comercial e para o qual já havia "a assinatura de mais de duzentos contos de réis"²¹.

Quando Araújo Lima, pernambucano, ascendeu à Regência, em 1837, houve uma tendência geral de união entre as diversas facções políticas da província. Era natural, aliás. O governo central em mãos de um comprovinciano significava benesses, perdões, prestígio para todos.

Rego Barros foi nomeado presidente e ao assumir o

cargo adotou uma postura conciliatória. Prova disto é que a Câmara temporária da quarta legislatura, de 1838 a 1841, seria vitoriosa como "chapa única" reunindo ele próprio, seu irmão Sebastião do Rego Barros, Maciel Monteiro, D. Manoel do Monte Rodrigues Araújo, Bispo do Rio de Janeiro, o ex-republicano de 1817, Padre Venâncio Henrique Rezende, Nunes Machado, Urbano Sabino e Rego Monteiro.

Havia pois um consenso entre os grupos locais, de superação dos desacordos e achatamento das divergências. Os tumultos, os motins e as agitações ensanguentavam as velhas e estreitas ruas recifenses desde o início do século. Esta realidade concreta impedia que as divergências da elite dominante se tornassem irreversíveis.

A coesão foi tão bem calafetada pelos interesses recíprocos, que ainda em 1841 — um ano antes do nascimento do partido praieiro — Nunes Machado lutou na Câmara contra os liberais na batalha em que estes defendiam a Maioridade.

Justifica-se depois, alegando:

"fui dos muitos deputados que sustentaram a opinião contrária; opus-me e esforços fiz para que se não desse semelhante passo. E por que me opus, Senhores? Porque éramos inimigos do Monarca? Não; por muita fidelidade aos nossos princípios, por muita fidelidade à Constituição, por muito amor aos interesses do Monarca..."

E, como homem da ordem, explica:

"além da nossa fidelidade ao juramento à Constituição, acrescia que encarávamos para as circunstâncias do País; víamos o País retalhado em facções, rotos os laços de obediência e do respeito e entendíamos que o braço do Monarca ainda infante não tinha força bastante para, com a espada de Alexandre, cortar o nó gordido das nossas dificuldades...". (Anaes

da Assemblêia Legislativa, sessão de 18 de agosto de 1841).

A cisão ocorreu em 1824²²; certos grupos menos favorecidos não tinham acesso aos contratos oferecidos pelo Departamento de Obras Públicas e os quadros governamentais e até as delegacias policiais do interior estavam sendo ocupados por aqueles mais chegados à família Cavalcanti. Demais, os favores fiscais, o proteccionismo da justiça e a conivência policial não poderia ser estendida a todos. Muitos comerciantes, senhores de engenho e profissionais liberais sentiam-se excluídos do poder. O espaço do mando era bastante estreito para conter a todos.

Os dissidentes fundaram então o Partido Nacional de Pernambuco, que passou a representar o Partido Liberal na província. O Diário Novo era o principal porta-voz do grupo. Como a impressão desse periódico era feita na tipografia Imparcial de Luiz Ribeiro Roma, situada na Ruada Praia, não demorou a que os membros do novo partido passassem a ser chamados praieiros pela imprensa governista.

Segundo o jornal "O Guarda Nacional", de 16 de janeiro de 1843, o Partido Praieiro surgiu em consequência

"dos abusos do Governo atual (...) produziu hum cem número de descontentes de sua administração, e esse procedimento deu origem à opposição. He ella filha da convicção, e do bem do paiz, e não de interesse.

Continuando o governo na marcha (...) granjeou a opposição muitos proselitos, e amigos, e é hoje composta de muito boa gente, recomendável pelos seus títulos, fortuna, conhecimentos".

ANTÔNIO PEDRO DE FIGUEIREDO, confirma que a Praia teve sua origem no ano de 1842²³. É essa, também, a opinião de AFONSO d'ALBUQUERQUE:

"Em 1842, afirma ele, esse poder feudal se achou aliado ao despotismo central, que re

sultava das leis inconstitucionais então promulgadas pelo princípio que havia assumido o Governo do País em 1837 e se havia consolidado em 1841²⁴.

A facção praieira resultou de um conjunto complexo de causas; externamente, o bloqueio inglês contra o tráfego negreiro tornou esse comércio arriscado e oneroso, só possível àqueles que tivessem o apoio discreto das autoridades governamentais; no âmbito nacional, o fluxo crescente de estrangeiros contribuiu para um surto de aumento do consumo, que a estrutura econômica do país não estava capacitada para suportar; paralelamente, crescia o desequilíbrio financeiro, ao déficit já computado à balança comercial, somava-se o pagamento dos juros e a amortização dos dividendos; de igual modo, os acordos com a Inglaterra, por ocasião da abertura dos pontos, resultaram, num curto prazo, na drenagem contínua das reservas de ouro do império; conseqüentemente, o mil réis, que em 1808 correspondia a 70 dinheiros de moeda inglesa, passa a valer, em 1850, 28 dinheiros; em Pernambuco, a crise ganhou uma amplitude maior, à queda dos produtos regionais — açúcar e algodão — ajunta-se a crescente vitalidade do café no centro-sul do país.

Óbvio, contingentes do estamento dominante excluídos dos comandos políticos batalhassem contra o centralismo da Constituição de 1824; por maior autonomia regional; por retenção das rendas provinciais nos locais de origem; por afirmações de status e, no caso da burocracia urbana, maiores possibilidades de empregos na administração pública. O fenômeno — mutatis mutantis — repete-se hoje em algumas nações, onde, segundo um grande número de sociólogos, técnicos e profissionais liberais excluídos do mercado de trabalho, descambam para os grupos mais ativos do terrorismo de esquerda ou direita, com uma via de fuga para essa forma de frustração e ressentimento. São oportunas, agora como então, as observações de ANDRÉ DE-CONFLE: "a revolução, observa ele, não está obrigatoriamente ligada à pobreza ou à miséria. Esta verificação me nosprezada muitas vezes pelos propagandistas mais inclinados às influências ideológicas que à observação da realidade, se vê aparentemente ilustrada em todas as socie-

dades contemporâneas quaisquer que sejam seus níveis respectivos de desenvolvimento. A começar pelas sociedades industriais que têm seus "marginais": vagabundos, clochards, subproletários das favelas... os quais não parecem movidos por qualquer sentimento de revolta contra a ordem dominante que neles possa fundamentar um projeto revolucionário. Esta observação parece valer também para as massas camponesas e urbanas mais miseráveis da Ásia, da África e da América Latina, isto é, para a grande maioria das populações dos países subdesenvolvidos"²⁶.

Em Pernambuco, nos anos quarenta do século passado são profissionais liberais, funcionários públicos e senhores de engenho rivais daqueles que governavam a província, os chefes da oposição.

O partido, conforme já ficou provocado, nasceu de uma discidência do grupo dominante²⁷. Seus fundadores, Nunes Machado e Urbano Sabino, militavam ao lado dos baronistas. É o que diz O Saquerema, edição de 20 de junho de 1846:

"S. Excia. (Chichorro da Gama, praieiro, presidente da província) desviando-se pois da senda que por próprio interesse jamais devia deixar, expoz Pernambuco a huma agitação cujo termo não he possível a humana intelligencia indicar; e assim para dar força a huma facção turbulenta, dirigida pelo mui inconsequente Sr. deputado Urbano Sabino Pessoa de Mello, desertor, como o Sr. Nunes Machado, do partido saquarema, ao qual, Chapébas Cortejão e servirão enquanto lucrarão".

Felix Peixoto de Brito e Melo, outro líder da praia, pertenceu igualmente às hostes baronistas, só rompendo com Rego Barros quando este deixou o governo²⁸, o mesmo tendo ocorrido com Nascimento Feitosa²⁹.

Não passando de uma facção da elite dominante, é evidente que, de início, os praieiros formavam uma pequena minoria. Eles próprios reconhecem:

"Saibam pois o author da comunicação (refere-se ao Diário de Pernambuco) que ninguém se cobre de pejo por ser da opposição nem também que se envergonharão os opposicionistas por serem de menor número do que os do seu lado; pois nunca se ouvio dizer, que seria motivo de vergonha para um partido ou sociedade qualquer o ter em pequeno número"³⁰.

Se a Praia ganha adesões nos anos posteriores a 1842, ao ponto de JOAQUIM NABUCO dizer que "a praia era um turbilhão popular"³¹, em parte isto ocorre porque havia uma outra força, tão antiga quanto a Restauração de 1654 e a Guerra dos Mascates, reafirmada, depois, em 1817, que foi uma espécie de segunda Restauração da Independência em Pernambuco e que dava uma imensa popularidade ao partido praieiro: era o sentimento nativista, repulsa ao estrangeiro, mais particularmente ao português.

Antônio Pedro de Figueiredo — que os defensores da tese "socialista" da Revolução Praieira insinuam ter sido o ideólogo do partido — assinala outro motivo: a campanha dos demagogos prometendo resolver o problema do desemprego com a "nacionalização do comércio a retalho"; ao lado disso, segundo ele, havia outro fator social mais profundo — a crise econômica decorrente da qual estavam vedados os canais de absorção da oferta excedente de mão-de-obra. O problema fugia às atribuições ou intenções de Rego Barros; implicava numa reforma do próprio sistema, desafio que nem a liderança baronista nem a praieira tinham condições ou interesses de promovê-la. O redator de O Progresso, observa então:

"Em 1842, Senhores, época da maior prosperidade de que tem gozado a nossa província, quando, sob a patriótica administração do Sr. Barão da Boa Vista, a prosperidade da agricultura e do commercio, as edificações particulares, as obras publicas, offereciam aos homens desocupados uma saída duas vezes maior do que a que hoje existe; nessa época em

que os salarios se elevavam ao dobro dos actuaes; nessa época, dizemos nós, havia aqui uma miséria oculta; haviam homens sem empregos, sem trabalho sem meios seguros de existência, homens cujos votos todos chamavam uma transformação qualquer.

São estas as circunstancias de que se aproveitou esta duzia de ambiciosos que hoje se acha à testa do partido praieiro.

Persuadiram ao povo de que os seus males provinham da concorrência dos artistas estrangeiros, e da supremacia de uma oligarchia, composta dos membros da família Cavalcanti; em summa, prometteram ao povo fazelo feliz, livrando-o destas duas pretendidas pragas.

Ódio à família Cavalcanti e ódio aos estrangeiros, eis o fundo da politica praieira. Quanto ao mais, nunca elles apresentaram senão insultos grosseiros e ameaças selvagens contra todos aquelles que não partilhavam os seus ódios³².

Praieiros e baronistas faziam parte do mesmo grupo sócio-económico, nenhuma diferença de classe os separava; a opposição, todavia, não teve grande difficuldade de encontrar o combustível necessário para ativar os grupos de pressão contra Rego Barros. A crise económica vem a seu favor; mingua as ofertas de emprego na administração pública e os benefícios fiscaes passam a ser dados, parcimoniosamente, a um número cada vez mais reduzido de partidários; senhores de engenho são demittidos da Guarda Nacional³³; os desmandos da família Cavalcanti se tornam mais evidentes³⁴; demais, o ódio sempre latente contra o lusitano, o antigo colonizador, passa a ser ativado pelos demagogos.

Os chefes da Praia, latifundiários e escravocratas³⁵ — à semelhança de seus oppositores baronistas — limitam-se a contestar o governo em seus seguimentos políticos, a combater o comércio a retalho, os técnicos e operários estrangeiros. Mais nada.

Nada obstante, o simples combate aos "marinheiros" aumenta-lhes a popularidade. Num segundo estágio da luta, quando eles, os praieiros, já ocupavam o governo durante a presidência de Chichorro da Gama, essa "popularidade" começa a fazê-los temer, posto que não pretendiam nem pregavam qualquer reforma nas relações de produção. Nunes Machado, seu principal líder e ideólogo, confirma isto numa carta dirigida a um amigo, Joaquim Cláudio Monteiro:

"... entretanto não posso deixar de reprovar algumas ideas excessivas e perigosas que de enxovia com muita coisa boa aparecem nos nossos periódicos (...) e a desobediência às leis que estão em execução, que a Nação recebeu e toda obedece: isto é comprometter o nosso partido tão bem montado e apoiado pela simpatia da melhor gente (...) O nosso fim não é nunca revolucionar a província (...) pondo em risco a liberdade, as nossas instituições, e a monarchia, que se antepõem ao systema de desordem não: nós visamos um fim nobre e generoso, combater o poder que se desvaira, fazendo-o arrepiar a carreira de seus despropósitos e para o conseguirmos são sufficientes os nossos meios constitucionais, de cuja eficacia não podemos duvidar, sem negar a fé às nossas instituições mesmas (...) Temos muito aonde combater o governo e de modo a esmagá-lo as eleições, ei-las que nos batem à porta"³⁶.

A carta é uma demonstração clara dos compromissos conservadores defendidos pelos praieiros. Todavia, não as eleições, conforme esperava Nunes, mas a reforma ministerial, levou a oposição ao governo, visto que a partir de 1844 tem início uma fase de predomínio liberal, com o Ministério de 2 de fevereiro.

Mal assume o governo, a Praia trata de amparar sua clientela. É a divisão dos despojos:

"A praia, escreve NABUCO DE ARAÚJO, que censurou o Barão da Boa Vista por ter dado 32

demissões durante sete anos, viu e aplaudiu essas demissões em massa dadas pelo Sr. Manoel de Souza em número de mais 300 durante sua administração de 36 dias; veio o Sr. Chichorro, e deu também cerca de 350 demissões"³⁸.

Os quadros administrativos são ampliados; campeia o empreguismo; técnicos competentes como Vauthier e Millet, demitidos, o mesmo ocorrendo com Antônio Pedro de Figueiredo, professor do Liceu.

Por estranha ironia, são justamente os "socialistas" da época, Vauthier, Millet e Figueiredo, as primeiras vítimas do governo praieiro.

A massa acalentada com tiradas demagógicas sobre a "nacionalização do comércio a retalho", ilude-se com paliativos inócuos e não desperta para contestar o próprio sistema. Um acordo tácito une praieiros e baronistas, nenhuma das duas facções questiona as relações sociais predominantes.

Aliás, tanto pavor tinha a Praia de um levante popular, que uma das suas primeiras medidas foi ampliar os efetivos militares.

Antônio Pedro de Figueiredo recoloca o problema em seus devidos termos:

"Os escassos restos que ainda existiam nos nossos já mui tísicos cofres públicos, foram destinados ao soldo de oitocentos baionetas"³⁹.

A Praia, como já ficou demonstrado, nasceu de uma divergência, em nível político, entre representantes da mesma classe dominante. Assim, apesar de seus freqüentes conflitos pela posse do poder governamental, mantêm-se solidários na preservação do sistema oligárquico, não deixando espaço para a organização de grupos de pressão que representassem interesses contrários aos seus. Logo, seria absurdo admitir-se que chegassem a patrocinar um sistema aberto, com

participação popular ampliada. Desta maneira, mesmo dilgadiando-se pela posse do poder, baronistas e praieiros souberam, com grande habilidade, desviar as aspirações das massas para um tipo de reivindicação que não tinha a mínima possibilidade de ameaçá-los: a lusofobia e a proposta de nacionalização do pequeno comércio a retalho.

Por esse motivo, os movimentos sediciosos de 1844, 1845 e 1847, expressavam sempre um caráter retrógrado, sem intenções ou pretensões inovadoras concretas: formas arcaicas de rebeldia, típicas das sociedades não industrializadas, por vezes paradoxalmente conservadoras, provincianas, com um horizonte ideológico limitado à defesa da velha ordem tradicional, ao combate às inovações, ao estrangeiro, às transformações tecnológicas.

Longe de ter sido um partido de caráter democrático-burguês, ou romanticamente conduzido por socialistas utópicos, a Praia, ao contrário, mesmo quando conseguiu conquistar uma parte das massas recifenses; ela o fez, despertando, não idéias socialistas ou liberais, mas revivendo os velhos ódios ao português, que permaneciam latentes desde a Guerra dos Mascates e da Revolução de 1817. Daí o rancor ao estrangeiro e da não contestação aos sistemas tradicionais de dominação. Essa também, a razão porque as manifestações políticas das classes dominadas, em oposição à elite dominante, foram sempre emníveis de conflitos espontâneos e inarticulados à semelhança dos "quebra-quebra" e "mata-mata", de 1844, 1845 e 1847.

Defendendo as inovações tecnológicas, a abertura de Bancos e a fundação de Liceus, os baronistas, concretamente, se aproximavam mais dos ideais burgueses de progresso que os praieiros, tradicionalistas e provincianos.

BIBLIOGRAFIA E NOTAS

1. CARNEIRO, Edison. A Insurreição Praieira (1848-49). Coleção Temas Brasileiros, Conquista, Rio de Janeiro, 1960, p. 24.
2. DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos, Zahar, Rio de Janeiro, 1970, p. 19.
3. GUILHERME MOTA, Carlos. Nordeste 1817. Perspectiva, São Paulo, 1972, pp. 2-3.
4. PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira, Alfa-Ômega, São Paulo, 1976, pp. 18-9.
5. FEBVRE, Lucien. Le Problème de L'incroyance au XVI^e siècle - La Religion de Rabelais, Albin Michel, Paris, 1962, p. 382.
6. Cfr. SOBONL, Albert. Les sans-culottes parisiens en l'an II. Editions Sociales, Paris, 1958, p. 440.
7. SEGISMUNDO, Fernando. História Popular da Revolução Praieira, Vitória, Rio de Janeiro, 1949, p. 79 (Os grifos são nossos).
8. CARNEIRO, op. cit., p. 28.
9. A Ratoeira, Recife, 3 set., 1847.
10. Cfr. Pang, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquia - 1889 - 1943 - A Bahia na Primeira República Brasileira, Civ. Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, p. 39.
11. O Regenerador Brasileiro, Recife, 8 ago. 1845.
12. O Cometa, Recife, 30 jan. 1844.
13. GUERRA, Flávio. O Conde da Boa Vista e o Recife, Fundação Guararapes, Recife, 1973, p. 35.

14. Cfr. NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império, H. Garnier, Rio de Janeiro, Tomo I, 1897, p.48-9.
15. Cfr. MONTENEGRO, Olívio. Memórias do Ginásio Pernambucano, 1 ed., Recife, 1943.
16. Cfr. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Émile ou De l'Education, 15ª Flammarion, Paris, 1913, e mais, Discours sur L'origine et les Fundements de l'inégalité parmi les Hommes, Gallimard, Paris, 1965.
17. O Maccabeo, Recife, 3 maio 1849.
18. RUDÉ, George. La Multitud en la historia - Los disturbios populares en Francia e Inglaterra 1730-1848, Siglo XXI de España Editores, Madrid, 1964, p. 68.
19. HENRIQUE DE SOUZA, B. F. O Comércio a Retalho, Typographia Universal, Recife, 1854, pp.21-2 (Os grifos são nossos).
20. NABUCO DE ARAÚJO, José Tomás. Justa Apreciação do Predomínio do Partido Praieiro ou História da Dominação Praieira, Typographia União, Pernambuco, 1847, p.33.
21. Ibid., pp.34-5.
22. Cfr. PRETTI, João. O Movimento Praieiro - Ensaio sobre a Revolta de 1848, Recife, 1950, p. 7: "*Estava por outro lado, o comércio entre as mãos de portugueses e não mais existiam empregos vagos para nomeação. Foi a hora propícia para a oposição. Fere-se uma luta eleitoral e acontece que sobem ao poder os Praieiros, organização política fundada em 1842 (...), era apoiada pelo povo, apesar da grita levantada em 1847, de haver criado somente lugares para os seus correligionários e esquecido os interesses e as necessidades públicas*".
23. Cfr. O Progresso, Revista Social, Litteraria e Científica, 2 ed., Imprensa Oficial, Recife, 1950, p. 668.

24. D'ALBUQUERQUE MELO, Afonso. A Liberdade no Brasil, seu Nascimento, Vida, Morte e Sepultura, Typographia Manoel Figueiroa de Faria e Filho, Recife, 1864, pp. 70-1.
25. Apud COSTA PORTO, Prefácio, in PESSOA DE MELO, Urbano Sabino. Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco. 2 ed., Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos. Série Estudos Históricos, vol. 10, Brasília, 1978, pp.10-1.
26. DECONFLÉ, André. Sociologie des Révolutions, Coll. Que sais-je? Presses Universitaires de France, Paris, 1968, p. 21.
27. Uma prova é o ofício de 19 de dezembro de 1843, in Presidentes de Província - 13, APEPe, demitindo um dos fundadores do Partido Praieiro, Antônio Carneiro Machado Rios. Diz o ofício:
- "O presidente da província tendo em consideração a falta, que fazem nos corpos da guarda nacional os chefes efetivos, e as molestias, pelos quais o Coronel Francisco José da Costa, chefe da 1ª Legião, e o Tenente-Coronel Antônio Carneiro Machado Rios, chefe do 3º Batalhão da Guarda Nacional deste Município deixado, há alguns anos o comando destes corpos, há por bem reformá-los nos mesmos postos que tinham.*
- Palácio de Pernambuco, 19 de dezembro de 1843 - Barão da Boa Vista".*
28. Cfr. PEREIRA DA COSTA, F. A. Diccionario Biographico de Pernambucanos Célebres. Typographia Nacional, Recife, 1882, pp.177-84; Cfr., também, PEREIRA DA COSTA, in Anaes Pernambucanos, vol. 10, Arquivo Público Estadual, Recife, 1966, pp.35-6.
29. Cfr. ALMEIDA SANTOS, Mário Márcio. Nascimento Feitosa e a Revolução de 1848, UFPE, Ed.Universitária, Recife, 1978.
30. Diário Novo, Recife, 25 ago. 1824.

31. As observações de Joaquim Nabuco merecem uma certa cautela. De início, Nabuco de Araújo, seu pai, militou ao lado dos baronistas; anos depois passou-se para os liberais. Conseqüentemente, há uma certa ambigüidade em relação às análises do autor de "Um Estadista do Império", que conclui a biografia do pai dizendo que este era o guia mais seguro para a posteridade, pois aliava "o liberalismo e o conservantismo histórico". Cfr. Op. Cit. Tomo III, p. 607.
32. O Progresso. Op. cit., p. 669.
33. Cfr. NABUCO DE ARAÚJO. Op. cit., p. 74.
34. Cfr. FREYRE, Gilberto. O Velho Fêlix e suas "Memórias de um Cavalcanti", Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959, p. 11. Cfr. também, QUINTAS, Amaro. O Sentido Social da Revolução Praieira. Editora Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1967, p. 63.
35. Cfr. FIGUEIRA DE MELO, Joaquim Martiniano. Chronica da Rebelião Praieira, 1848-1849. Typographia do Brasil, J. J. da Rocha, 1850, p. 320.
36. Apud MELO, Mário. Rebelião Praieira in RJAHP e vol. XXI, nº 103-104, pp. 356-8 (Os grifos são nossos).
37. NABUCO DE ARAÚJO. Op. cit., p. 14.
38. NABUCO, Joaquim. Op. cit., p. 78.
39. O Progresso. Op. cit., p. 669-70 (Os grifos são nossos).